

Resumo

O **Plano Verde do Concelho de Sintra (PVSintra)** está a ser elaborado no âmbito de um protocolo estabelecido em 2004, entre o **a ADISA /ISA** (Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista - Prof. Caldeira Cabral) e a **Câmara Municipal de Sintra** (Vereação-Ambiente).

Este plano destina-se ao estudo e delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, bem como à avaliação das suas implicações na ocupação do município pelas diversas actividades que eventualmente virão a ser vertidas na revisão do Plano Director Municipal (PDM). Com base neste plano, a Câmara Municipal de Sintra desenvolverá o PDM, incluindo os aspectos não considerados no Plano Verde, como propostas sobre equipamentos, rede viária e ainda a proposta de normativa urbanística.

Os objectivos do PVSintra são os seguintes:

- i. Estudos de Caracterização da Paisagem, que integram:
 - Análise das componentes biofísicas da paisagem, nomeadamente: morfologia da paisagem, geologia e geomorfologia, hidrologia, solo, permeabilidade, riscos de erosão geológica, vegetação natural e semi-natural;
 - Análise das componentes culturais e cénicas da paisagem;
- ii. Avaliação da situação existente, tendo em conta os estudos de caracterização da paisagem, com vista à delimitação de figuras legais que compõem a Estrutura Ecológica Municipal e que dizem respeito a:
 - Reserva Ecológica Nacional;
 - Reserva Agrícola Nacional;
 - Habitats da Directiva n.º 92/43/CEE.
- iii. Desenvolvimento de um Conceito de Intervenção
- iv. Proposta da Estrutura Ecológica Municipal, do Plano de Ordenamento Potencial, do Plano Operativo e do Plano de Imagem.
- v. Proposta de recomendações no que respeita à regulamentação da utilização das áreas da Estrutura Ecológica Municipal
- vi. Proposta de revisão das Áreas Urbanizáveis propostas pelo PDM para outras que obedeçam a critérios de aptidão ecológica para a implantação de edificação.
- vii. Colaboração na apresentação e divulgação do plano no prazo de um ano após a entrega da Proposta.

Na base deste plano está um modelo de ordenamento, pouco corrente na prática portuguesa, que até à data apenas foi desenvolvido no âmbito dos Planos Verdes dos Concelhos do Seixal e de Loures. Esse modelo baseia-se numa aceção complexa do desenvolvimento e construção da paisagem humanizada, assente nas suas estruturas naturais e culturais, tendo por objectivo a aplicação dos princípios da sustentabilidade da paisagem. (MAGALHÃES, 2001).

Esta intervenção estratégica é realizada através do conceito de Morfologia da Paisagem que se entende como a forma da Paisagem que decorre das suas Estruturas. A inovação deste conceito

resulta da conciliação da existência de elementos permanentes, fundamentais para a definição formal e funcional do território, com áreas que se situam nos interstícios dessas estruturas e em que as características da paisagem apresentam menores exigências, do ponto de vista do seu funcionamento ecológico.

Estas áreas, designadas por Áreas Complementares (das Estruturas), apresentam potencialidades para uma utilização mais flexível do território, tanto na forma como no uso, e permitem absorver as necessidades de adaptação e de mudança inerente ao normal processo de desenvolvimento de qualquer território concelhio.

Esta metodologia altera profundamente o modo dominante de planear em Portugal, ainda inscrito na actual legislação, em que o ordenamento do território se promove através da definição de usos (dominantes) a adoptar em determinadas áreas.

A proposta feita neste projecto é a de que antes de mais se devem delimitar sistemas que devem assegurar o essencial da sustentabilidade e da utilização do território (as estruturas provenientes do conceito de morfologia). Ao contrário dos usos, definem-se as potencialidades e limiares de resiliência do território e para essas os múltiplos usos preferenciais, possíveis ou restritivos. Esta abordagem permitirá uma gestão mais interpretativa, capaz de se adaptar às imprevisibilidades da procura sobre o território, mas garantindo a sua sustentabilidade, em que as áreas menos sensíveis poderão ser objecto de uma maior flexibilidade de utilização.

Como marcos que antecederam o que recentemente se tem designado por planeamento verde (PALOMO, 2003), herdeiro do planeamento ecológico dos anos 70 (MACHARG, 1969) (MARSH, 1983) (LYLE, 1999) citam-se o Livro Verde do Ambiente Urbano (1990) casos como o da Holanda (National Spatial Planning Strategy, 2005-2020) e de Valência.

Palavras-Chave

Estrutura Ecológica Municipal, Planeamento Sustentável, Mobilidade Saudável, Ordenamento do Território, Planeamento Urbano